
Educational policies and their impact on the Basic Education Development Index of the State of Amapá: case studies

Políticas educacionais e seus reflexos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Estado do Amapá: estudos de caso

Received: 2023-09-03 | Accepted: 2023-10-05 | Published: 2023-10-10

Laércio Mendonça Góes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0196-7929>

Governo do Estado do Amapá, Brasil.

E-mail: laercio.goes.adv@gmail.com

Kátia Paulino dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0216-2228>

Universidade do Estado do Amapá, Brasil.

E-mail: katia.santos@ueap.edu.br

ABSTRACT

This research deals with educational policies and their impact on the Basic Education Development Index (Ideb), with the aim of analyzing the measures adopted by the State of Amapá to increase the Basic Education Development Index in the Irmã Santina Rioli and Nilton Balieiro schools. Machado and its effects on student learning. This is qualitative research, using the technique of focus groups and interviews aimed at teachers, managers and the Basic Education Coordinator of the State Department of Education of Amapá. It was verified that there is a lot to be done to improve student performance, highlighting the need to expand the number of vacancies and improve working conditions for teachers, through the creation of learning laboratories, availability of digital devices with internet access, adapting the career plan of education professionals.

Keywords: Educational public policies. Development Index of Basic Education. Public policy evaluation.

RESUMO

Esta pesquisa versa sobre as políticas educacionais e seus reflexos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), com objetivo de analisar as medidas adotadas pelo Estado do Amapá para a elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica nas escolas Irmã Santina Rioli e Nilton Balieiro Machado e seus reflexos na aprendizagem dos alunos. Trata-se de pesquisa qualitativa, utilizando-se a técnica de grupos focais e entrevistas voltados a professores, gestores e Coordenador da Educação Básica da Secretaria de Estado da Educação do Amapá. Verificou-se com este há muito a ser feito para a melhoria do desempenho dos alunos, destacando-se, a necessidade de expansão da oferta de vagas e a melhoria das condições de trabalho aos professores, por meio da criação de laboratórios de aprendizagem, disponibilidade de dispositivos digitais com acesso à internet, adequação do plano de carreira dos profissionais da educação.

Palavras-chave: Políticas públicas educacionais. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Avaliação de política pública.

INTRODUÇÃO

O Ideb é um índice educacional obtido a partir da taxa de aprovação dos alunos dos estabelecimentos de ensino, somado ao desempenho destes nas provas de Língua Portuguesa e Matemática, tendo como parâmetro o valor deste índice que varia de zero a dez, sendo a meta brasileira para os anos finais atingir o índice 5,5 até o ano de 2024, e de acordo com o relatório do Inep, o Ideb atingido pelo país na avaliação publicada em 2019 foi de 5,9 quando a meta era atingir 5,7 superando assim a meta esperada.

No Estado do Amapá, extremo Norte do Brasil, foram matriculados nas séries finais do ensino fundamental em 2019 na rede urbana estadual, 37.326 alunos e 9.300 na área rural, sendo que desse total foram matriculados em Macapá, na rede estadual 24.020 alunos, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), sendo o universo a ser pesquisado para atender os objetivos da pesquisa duas escolas da rede pública estadual.

O Ideb reflete não só o desempenho dos alunos nas avaliações externas, mas sobretudo a eficácia das políticas públicas educacionais, sendo de suma importância um estudo das políticas adotadas no Estado do Amapá, a fim de que se possa saber qual o impacto dessas políticas no aprendizado dos alunos, na perspectiva de gestores e professores. Neste sentido, este artigo tem como *locus* de investigação duas escolas públicas de ensino fundamental, que apresentam índices díspares, para uma mesma realidade educacional.

Esta pesquisa trata-se de estudo de caso envolvendo duas escolas públicas do Estado do Amapá, a partir do qual serão analisados os reflexos das políticas públicas amapaenses no Índice de Desenvolvimento da Educação dos alunos da 8ª série/ 9º ano, que foram submetidos às

avaliações em larga escala promovida pelo Inep, no lapso temporal de 2013 a 2019, analisando a proficiência dos mesmos em Matemática e Língua Portuguesa, tendo como referência a efetividade, eficácia e eficiência, das políticas públicas educacionais implementadas e seus reflexos nas avaliações, sendo uma pesquisa viável diante da existência de escolas cujos alunos apresentam desempenhos satisfatórios e outras onde esse desempenho jamais atingiu a meta estabelecida.

As escolas selecionadas têm localização geográfica bem distintas, tendo uma delas já atingido as metas definidas pelo INEP, enquanto a outra nunca atingiu nenhuma meta, consoante se pode observar do quadro abaixo, podendo assim dar as respostas que são objeto desta pesquisa.

Neste sentido, a pesquisa foi realizada tendo como base o seguinte problema: Quais as medidas adotadas pelo Estado do Amapá para a elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica das escolas públicas do Estado do Amapá e os reflexos de tais medidas na realidade educacional dos alunos?

O objetivo principal deste estudo é analisar as medidas adotadas pelo Estado do Amapá para a elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica das escolas Irmã Santina Rioli e Nilton Balieiro Machado, e seus reflexos na aprendizagem dos alunos. Possui ainda como objetivos específicos: (a) identificar as diretrizes e metas do Estado do Amapá no sentido de se elevar os indicadores da educação básica das escolas públicas amapaenses; (b) compreender o funcionamento de possíveis projetos ou ações com vistas à melhoria dos indicadores do Ideb nas escolas pesquisadas; e (c) verificar se as políticas públicas implementadas entre 2013-2019, têm contribuído para a melhoria do Ideb e para a ampliação da aprendizagem dos alunos nas escolas estudadas na percepção de gestores e professores.

Este estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa qualitativa, realizado por meio de estudo de caso em duas escolas públicas da cidade de Macapá. Realizou-se entrevistas com dois grupos focais das duas escolas, entrevistados presencialmente e separadamente, com a participação de gestores escolares e professores das disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa, além de entrevista presencial de um representante da Secretaria de Estado da Educação.

A pesquisa foi dividida em quatro capítulos. No primeiro tratou-se das políticas públicas educacionais de educação básica no Brasil, com recorte comparativo em relação à América Latina no que concerne aos indicadores educacionais, abordando ainda a lógica mercantilista no contexto do neoliberalismo e as características da educação no Brasil.

O segundo tratou do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, conceitos e características da realidade brasileira, com destaque para a política de estímulo ao crescimento do Ideb, enfatizando as políticas de valorização, trazendo à baila as políticas implementadas desde o Estatuto do Magistério aos dias atuais. No terceiro capítulo se apresentou a metodologia

utilizada para o desenvolvimento da pesquisa. E no quarto capítulo foram apresentados os resultados e discussões do estudo de caso, estruturado nas diretrizes do Estado do Amapá e os Indicadores da Educação Básica das escolas públicas amapaenses, a evolução do Ideb nas escolas e os projetos desenvolvidos para a sua melhoria, finalizando com a realidade de desempenho dos alunos face às estratégias para a melhoria da aprendizagem, na percepção de professores e gestores.

1 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS E REALIDADE BRASILEIRA

A estratégia de avaliação dos processos educativos em larga escala bem como a qualidade educacional, de acordo com Brandão e Chirinéa (2015) estão contemplados na Constituição Federal de 1988, nos artigos 206 e 209, estando estabelecido no artigo 206 da Carta Magna a garantia de padrões de qualidade como dever do Estado e como uma das diretrizes da educação brasileira, enquanto o artigo 209, por sua vez, determina que o Poder Público deve realizar avaliações dos seus respectivos sistemas de ensino, com o intuito de mensurar a qualidade dos mesmos.

Ao discorrer sobre a questão do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) Anadon e Garcia (2015) afirmam que os índices obtidos a partir do cruzamento de dados estatísticos dos desempenhos dos alunos nas avaliações nacionais com as informações adicionais sobre escola, alunos e professores têm colaborado na consolidação do argumento da responsabilização de todos pela educação, pois o IDEB é utilizado como discurso que demonstra a necessidade de fiscalizar, de todos se engajarem e de participarem da educação escolar, ensejando uma política de centralização, pois os dados são coletados, categorizados, analisados, sintetizados, apreciados e apresentados à população pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), ao mesmo tempo que se observa uma política de descentralização, pois ao mesmo tempo responsabiliza a sociedade, os pais, as unidades escolares, os gestores, os professores e professoras, e os alunos pelos desempenhos obtidos e a recuperação dos baixos índices.

No Brasil, de acordo com Bauer (2019), a partir da década de 1990 houve a expansão de um modelo de avaliação concretizado por meio de testagens em larga escala, que ganhou centralidade na administração e gestão das redes de ensino de estados e municípios brasileiros, e Werle (2011) apud Bauer (2019), destaca que no Plano Nacional de educação de 2001 a avaliação aparece atrelada à elevação progressiva do nível de desempenho dos alunos, por meio da utilização do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e de seus indicadores de monitoramento.

A avaliação de políticas educacionais, por meio de avaliações em larga escala, segundo Bauer (2019), tem sido observada no Brasil, desde o último quartil do Século XX, não somente

no âmbito federal, mas também nas esferas estaduais e municipais, tendo como mecanismos propulsores: a preocupação com a melhoria de indicadores educacionais de rendimento e desempenho, como o Ideb e as taxas de evasão e repetência, a necessidade de melhorar a qualidade dos serviços educacionais ofertados e de gerenciar de forma eficaz, os recursos disponíveis para a educação. Visando tanto o aprimoramento do trabalho pedagógico realizado no interior das unidades escolares quanto a efetividade dos programas e/ou ações realizadas realizados por meio de informações que suportem a tomada de decisões na área educacional.

No entanto, o interesse por formas de avaliação que pudessem auxiliar na administração e gestão de sistemas de ensino não é um fenômeno recente, desencadeado em fins do século XX, sob a égide do denominado neoliberalismo. Como propósito inicial de verificar se os objetivos da educação nacional se cumpriam com vistas à expansão e melhoria, justificando o discurso da necessidade de realizar diagnósticos e conhecer melhor a educação nacional, de modernizar e racionalizar a administração pública e, mais recentemente, de subsidiar a regulação estatal e servir como parâmetro para as decisões de gestão.

Segundo Oliveira e Villani (2018) os programas de avaliações nacionais e internacionais usam os dados estatísticos como instrumento de produção de avaliação e informação como elementos objetivos do processo, e desta forma desenvolvem uma relação entre estatística e política pública que não é linear.

O Ideb, de acordo com Paz (2013), foi criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais –Inep e resulta da combinação de dois fatores que interferem na qualidade da educação, ou seja, indicadores de fluxo (taxas de aprovação, reprovação e evasão) e indicadores de desempenho em exames padronizados, como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica- Saeb e a Prova Brasil, realizada a cada dois anos ao final de determinada etapa da educação básica.

De acordo com Brandão e Chirinéa (2015), o Ideb é parte integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto n.º 6.094/07), dispositivo legal que coloca em ação as 28 propostas contidas no PDE, cujo eixo principal é a qualidade educacional, bem como a mobilização social para atingir as metas estabelecidas pelo plano. Para tanto, empreende-se uma articulação entre União, Estados, Distrito Federal, Municípios e sociedade civil em prol da qualidade da educação. Segundo o Art. 1.º do Decreto 6.094 “O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Compromisso) é a conjugação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atuando em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica (BRASIL, 2007), e no concernente ao cumprimento das diretrizes por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 2º estão o foco na aprendizagem, alfabetizar as crianças na idade certa, combater a repetência e evasão, entre outros aspectos que são considerados essenciais no processo de ensino e aprendizagem.

A qualidade educacional e a estratégia de avaliar os processos educativos, segundo Brandão e Chirinéa (2015), estão contemplados na Constituição Federal de 1988, nos artigos 206 e 209, estabelecendo o artigo 206 a garantia de padrões de qualidade como dever do Estado e como uma das diretrizes da educação brasileira, ao passo que o artigo 209, determina que o Poder Público deve realizar avaliações dos seus respectivos sistemas de ensino, com o intuito de mensurar a qualidade destes.

Para Travitzki (2020), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é hoje o único indicador nacional de qualidade escolar desenhado como tal, tendo em vista que o “Enem por escola” (a média da escola no Exame Nacional do Ensino Médio) apresenta diversas limitações metodológicas, sendo assim o Ideb leva em conta o Trade Off entre proficiência e taxa de aprovação no contexto das políticas de prestação de contas (*accountability*), incluindo tanto provas quanto taxa de aprovação porque a ideia é evitar que as escolas promovam exclusão de certos alunos para garantir boas notas nas provas. Portanto, a criação do Ideb foi possível devido a avanços anteriores na coleta de dados educacionais no Brasil, com a consolidação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e do Censo Escolar.

A definição de um padrão de qualidade com a criação do Ideb é corroborada por Travitzki (2020, p.503), haja vista que “o Ideb foi criado em 2007, juntamente com a Prova Brasil, com objetivo de contribuir para o estabelecimento de um padrão de qualidade educacional no país”, o que é assegurado integrando indicadores de desempenho e indicadores de fluxo.

A aferição da qualidade educacional no Brasil, de acordo com Brandão e Chirinea (2015, p.468), teve início no final da década de 1980 e mais precisamente em 1987 com a criação pelo Ministério da Educação do Sistema Nacional do Ensino Público do 1º Grau (SAEP), tendo o Ministério da Educação instituído o “Sistema Nacional do Ensino Público do 1.º grau (SAEP), como uma das exigências do Banco Mundial, para prover financiamentos para projetos educacionais a serem executados no Brasil.”

Analisando a média nacional do Ideb aferida em 2005, de acordo com Brandão e Chirinéa (2015), a pontuação obtida foi 3,8 e no ano de 2007, o resultado ficou em 4,2 e, em 2009, o IDEB para as séries iniciais do Ensino Fundamental alcançou nota 4,6, havendo um resultado crescente do IDEB ao longo das aplicações das provas ANEB E ANRESC, sendo a meta assumida pelo IDEB era alcançar nota 6 em 2021, quando o Brasil estaria às vésperas de completar 200 anos de sua independência, e uma vez alcançado este objetivo, o país poderá integrar o grupo dos países que fazem parte da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

De acordo com as notas obtidas pelo Ideb, é possível realizar projeções, conforme indica a tabela abaixo, e considerando-se os indicadores de fluxo e rendimento escolares, o IDEB das escolas alcançará notas altas, por não reter os estudantes, sem que isso signifique, de fato, qualidade nos processos educativos, estando entre as estratégias adota pelas escolas, o treinamento dos estudantes para realização da avaliação.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Este estudo tratou-se de pesquisa qualitativa, o que pressupõe que não há um modelo único para todas as ciências, por esta razão não se limitará na análise de processos quantitativos, o que é corroborado por Goldenberg (2004, p. 4), que ao tratar da questão assim assevera:

Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa em pesquisa se opõem ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, baseado no modelo de estudo das ciências da natureza. Estes pesquisadores se recusam a legitimar seus conhecimentos por processos quantificáveis que venham a se transformar em leis e explicações gerais. Afirmam que as ciências sociais têm sua especificidade, que pressupõe uma metodologia própria.

No que concerne à abordagem, a pesquisa abordou o aspecto qualitativo, por ser a mais adequado para o objeto de estudo, segundo Borges e Taquette (2020, p. 50), ao discorrerem sobre o assunto consideram que:

Quanto à abordagem, a pesquisa pode ser dividida em quantitativa ou qualitativa. A pesquisa qualitativa é aquela que se preocupa com um nível de realidade que não pode ser medido com números. Trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes que não são captáveis ou perceptíveis exclusivamente por variáveis matemáticas. Lança mão de referenciais teóricos das Ciências Sociais.

No que tange aos objetivos a serem alcançados, este estudo trata-se de pesquisa explicativa, o que, de acordo com Borges e Taquette (2020, p. 52), “é a que descreve, analisa e interpreta o objeto em estudo sem interferência do pesquisado”, podendo ser uma análise documental, um levantamento, um estudo de casos.

Os procedimentos para a realização da pesquisa levam em conta o fato de que será um estudo de caso, tendo como objeto de estudo a apresentação do cotidiano de duas escolas públicas estaduais que ofertam o 9º ano do ensino fundamental, na perspectiva de seus gestores, professores e gestores da mantenedora, sendo, portanto, uma perspectiva descritiva, o que é corroborado por Gerring (2019, p. 97), segundo o qual

Muitos estudos de caso são basicamente descritivos, o que equivale a dizer que não são organizados em torno de uma hipótese ou teoria causal central, abrangente. Eles podem, claro, propor afirmações causais sobre o mundo, mas essas afirmações são periféricas ao argumento principal. Alguns dos estudos de caso mais conhecidos são descritivos nesse sentido, como mostramos nas tabelas seguintes.

A pesquisa a ser realizada é do tipo qualitativo, e neste sentido Borges e Taquette (2020), não deixam dúvidas de que a pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser medido com números, pois trabalha com universos de significados, motivos, aspirações,

crenças, valores e atitudes que não são captáveis ou perceptíveis exclusivamente por variáveis matemáticas.

A pesquisa realizada teve como público participante, gestores escolares e coordenação pedagógica, professores de Matemática e Língua Portuguesa, gestores da Secretaria de Estado da Educação (SEED) e Conselho Estadual de Educação, sendo utilizadas como técnica de pesquisa grupos focais a serem constituídos por profissionais que atuam na disciplina de Matemática, Língua Portuguesa, Equipe Pedagógica das escolas escolhidas, gestores, Técnicos da Secretaria de Estado da Educação, seguindo um roteiro previamente elaborado pelo pesquisador.

O número de profissionais participantes em cada grupo focal na Escola Nilton Balieiro e Irmã Santina Rioli foi de 8 e 6 participantes, respectivamente. Quanto à técnica de análise, foi utilizada a análise de caso transversal, longitudinal e intracaso, o que na percepção de Gerring (2019, p. 183):

qualquer que seja o modo de apresentação, combinar esses estilos de evidência fornece uma forma valiosa de triangulação. Uma proposição é mais segura se foi corroborada com evidências de casos transversais, longitudinais e intracasos.

Este estudo teve como objeto duas Escolas de Ensino Fundamental da rede estadual, Irmã Santina Rioli e Nilton Balieiro. No que tange aos aspectos éticos da pesquisa, os nomes dos entrevistados terão o seu sigilo assegurado, devendo os participantes assinar termo de livre consentimento no qual o pesquisador se comprometerá em não divulgar informações dadas pelos entrevistados em todo o decorrer da pesquisa.

A pesquisa foi realizada em duas escolas da rede pública estadual, por meio de grupos focais formados por professores de Língua Portuguesa e de Matemática, nas escolas Irmã Santina Rioli e Nilton Balieiro. Contou com a participação de equipe de coordenação pedagógica e dos gestores das respectivas escolas, que ao participarem da realização de grupos focais manifestaram suas percepções em relação ao IDEB, enquanto índice que busca revelar a qualidade da educação pública no Estado, contou ainda com a participação do Coordenador da Educação Básica e Educação Profissional da SEED, que ao participar de uma entrevista não estruturada dentro da Secretaria de Estado da Educação, relatando os projetos que visam à melhoria do desempenho dos alunos, nas avaliações em larga escala.

O grupo focal da Escola Irmã Santina foi constituído por oito participantes, sendo dois professores de Matemática, dois de Língua Portuguesa, três coordenadoras pedagógicas e o gestor da escola, sendo a pesquisa realizada na primeira semana do mês de setembro de 2022, enquanto o grupo focal da Escola Nilton Balieiro foi formado por dois professores de Matemática, duas professoras de Língua Portuguesa, uma coordenadora Pedagógica e a gestora, totalizando seis participantes, com pesquisa sendo realizada na última semana do mês de setembro, sendo o grupo representativo para o alcance dos objetivos propostos, e por serem as escolas localizadas em áreas distintas, ou seja, a escola Santina Rioli atende uma clientela cujos alunos têm uma realidade

social diversa dos alunos da Escola Nilton Balieiro, atendendo esta última, alunos da zona rural de Macapá.

O coordenador da Educação Básica da SEED foi entrevistado separadamente, garantindo assim que os participantes do grupo focal não tivessem como fator limitante na participação a presença de um gestor da Secretaria de Educação, o que poderia representar um fator de inibição para o depoimento que se coadunasse com o que realmente pensam os professores e gestores das escolas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O lapso temporal considerado na pesquisa considera o período de 2013-2019, sendo a avaliação de 2013 a última que antecedeu o Plano Nacional de Educação e o ano de 2019 o ano que antecedeu à decretação à pandemia do novo coronavírus, o que pressupõe que as políticas anteriores ao Plano Nacional de Educação e o Plano Estadual de Educação, poderiam ter reflexos diferentes na aprendizagem, com resultados diferentes e é um período cujos resultados não podem ser creditados à pandemia.

6.1 Evolução do Ideb nas escolas e os projetos desenvolvidos para a sua melhoria

Em relação às escolas pesquisadas, o índice estabelecido para a Escola Nilton Balieiro como meta em 2013 foi 4,6 tendo alcançado o índice 3,2 ao passo que em relação à escola Irmã Santina Rioli o índice estabelecido foi 5,2 tendo alcançado o índice 4,8.

Considerando o Ideb de 2019, a Escola Nilton Balieiro tinha como meta o índice 5,5 e obteve o índice 3,9, e a escola Irmã Santina Rioli tinha como meta 6,2 tendo alcançado o índice 5,4, estando abaixo nos dois casos, das metas estabelecidas sendo objeto da pesquisa os fatores que contribuem para o fracasso da escola que se reflete na aprendizagem dos alunos, considerando o modelo de avaliação usado pelo Inep nas avaliações em larga escala.

Para os professores participantes da pesquisa, a avaliação do Inep não leva em conta as condições das escolas e a realidade dos alunos e por esta razão os professores sentem-se frustrados, fazendo surgir entre eles alguns questionamentos quanto à sua parcela de culpa, o que poderiam fazer mais para elevar o nível pedagógico, tendo uma das participantes relatado que se sente culpada e impotente pelo fato do seu aluno não saber ler e por ser professora de Língua Portuguesa.

Pelo relato de professores, o modelo de avaliação da escola deve ser revisto, haja vista que o aluno avança, mas com déficit e chega ao Ensino Médio e o professor do Ensino Médio vai dizer que faltou compromisso dos profissionais do ensino fundamental porque o aluno não sabe matemática, não sabe ler, não sabe escrever, não sabe fazer uma redação e nesse cenário os

professores questionam até que ponto vão suas responsabilidades e até onde vai a falha do sistema e as falhas estruturais, sendo este sentimento suscitado por uma professora participante do grupo focal da Escola Nilton Balieiro ao se questionar “(...) às vezes me sinto culpada e impotente porque quando nós estamos na escola em reunião ou em sala de professores, tudo tem aquela história, ah o aluno não sabe ler, o aluno não sabe escrever, eu penso meu Deus eu sou professora de Língua Portuguesa, meu aluno não sabe ler, não sabe escrever e aí... a culpa é minha né?”

Em relação ao Ideb na Escola Irmã Santina Rioli, um dos professores participantes da pesquisa relatou que o diretor demonstrou preocupação com o resultados do último Ideb, tendo realizado reunião com professores para verificar o que pode ser feito para melhorar esse índice, lembrando que a avaliação é feita no 9º ano, mas o aluno vem desde o 6º ano e todos deveriam estar fazendo parte da construção pela melhoria, do despertar para o trabalho voltado par o Ideb, que não deve ser preocupação somente do 9º ano, devendo ser feito um trabalho de tijolinho desde o 6º ano.

Para o diretor da escola Irmã Santina Rioli, ao buscar no início do ano a discussão com os professores sobre a questão dos resultados no Ideb, era porque naquele momento e hoje a situação é preocupante, até porque a escola já teve resultados positivos e hoje o resultado é negativo, e já houve por parte da UEAP uma proposta de trabalho dos acadêmicos de Licenciatura em Matemática, o que será muito bom porque a intenção é fazer com que ocorra o nivelamento que tanto esperam, o que ficou evidenciado em seus relato “(...) E nós tivemos também aqui por parte da UEAP quando nós já discutimos com a coordenação da UEAP, veio e trouxe uma proposta de trabalho dos acadêmicos de Matemática, o que para a gente vai ser muito bom porque a nossa intenção é fazer com que ocorra esse nivelamento.Entendeu?”.

Pela pesquisa realizada se percebe que os professores sentem frustração diante da realidade de seus alunos não dominarem os conhecimentos necessários em Matemática e Língua Portuguesa, porém a responsabilidade pelo fracasso dos alunos e suas causas, devem ser buscadas também no próprio sistema de ensino, no qual a mantenedora tem suas responsabilidades, o que ficou evidenciado na abordagem feita por uma professora da escola Santina Rioli, segundo a qual “(...) eu tenho meu planejamento no meu caderno, eu planejo, agora a escola peca em relação à sala de multimídia né, que você precisa, só assim, mas a SEED também deveria oportunizar mais material né, já que ela é a mantenedora e essa escola ela tem assim uma estrutura assim em relação às outras, mas ela precisa ainda melhorar. A biblioteca por exemplo precisa ser ativada é porque eu não vejo a biblioteca ativa né.”

Para o coordenador, os resultados só serão melhor observados a longo prazo, pois as políticas públicas educacionais não têm resultado imediato, sendo necessário todo um ciclo, sendo essa política implementada de forma universalizada, atingindo todos os municípios e em relação à política para o anos finais existe o projeto Travessia, em parceria com o Unicef(Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância), que é uma estratégia de correção

de fluxo, de idade/série, e preocupados com essa distorção e evasão na EJA, no próprio turno forma-se agrupamentos, turmas específicas com estudantes que estão acima da idade certa e com material diferenciado e pessoas na mesma faixa etária e com ações pontuais, com 30 escolas-piloto, devendo ser formalizado ao Conselho de Educação para que isso possa se transformar em política de estado.

6.2 A realidade do desempenho dos alunos face às estratégias para a melhoria da aprendizagem adotadas: a percepção de gestores escolares e professores

No que se refere às dificuldades dos alunos, estas nem sempre são possíveis de serem identificadas pelos professores, de acordo como relato de um dos professores da escola Santana Rioli, haja vista que “(...) nem toda vez a gente vai saber por que muito aluno vem pra cá e não consegue aprender. Tem aluno que está pensando, o que ele vai vender lá na esquina, o que ele vai comer(...)”, e segundo sua percepção “(...) se o professor falhou, se a escola falhou, se o aluno falhou, vamos fazer uma reflexão geral, o sistema está falhando(...)”

Ao abordar sobre a desvalorização do profissional, um dos professores participantes da escola Nilton Balieiro, fez referência à falta de valorização, reconhecendo sua importância, porém ao se referir ao tema abordou o desestímulo na busca de nova formação, “(...) quanto mais você aprende, mais você consegue, digamos, se atualizar e trazer novas abordagens para a escola, mas o retorno disso acaba desestimulando o professor de buscar essa formação, essa qualificação, de buscar melhorar, porque estuda, pesquisa, investe muito e não tem esse retorno do sistema para o professor em si, porque às vezes você investe muito no mestrado do seu próprio bolso e não consegue ter esse retorno(...)”.

Para o grupo de professores da Escola Santana Rioli a percepção é mesma do grupo de professores da Escola Nilton Balieiro, ao afirmarem que o Ideb não reflete a qualidade da educação, ficando a avaliação restrita ao campo cognitivo, e outros motivos que influenciam na aprendizagem não ficam bem claros, por exemplo, os problemas familiares, a falta de acompanhamento dos pais, parecendo que a responsabilidade é só dos professores, e por mais que o professor prepare seus alunos para a prova, o nervosismo pode atrapalhar, sendo um resultado injusto porque leva em conta a média da turma, da escola e do Estado, ficando mascarado o resultado dos alunos que conseguem ter um desempenho satisfatório, sendo perceptível na fala de um dos professores, a importância da família, e na sua avaliação “(...) antigamente nós tínhamos uma família mais preocupada com essa formação, hoje essa família está mais preocupada com o que nós, escola, conseguimos dar essas respostas, ou seja, não professora, a senhora tem que dar a resposta e nós vamos receber”.

Os professores da Escola Nilton Balieiro conseguem perceber um esforço da equipe técnica em fazer com que o ensino melhore cada vez mais, porém os obstáculos encontrados pelos

professores entram em choque, sendo relatado por uma das professoras de Língua Portuguesa que tem em sua sala de aula 40 alunos, e ao tentar trabalhar uma leitura e interpretação de texto, produção e análise da escrita do aluno, não consegue, afirmando que é humanamente impossível fazer esse trabalho em duas aulas diárias, lembrando que tem um total de cinco aulas semanais e trabalha com turmas do 8º e 9º anos.

O déficit de vagas também é uma dificuldade apontada pelos professores da Escola Nilton Balieiro, visto que na região onde está localizada a escola, que é a região oeste, é muito populosa e a escola tem apenas 15 salas de aula, sendo impossível atender toda a demanda, tendo o Ensino Fundamental “sufocado” o Ensino Médio e não há mais salas disponíveis para ofertar mais vagas para o Ensino Fundamental, e na oportunidade lembraram que já houve reunião com a comunidade e o Governador, com promessa de construção de uma escola de Ensino Fundamental, para diminuir a pressão por matrículas na escola que atende a comunidade há mais de 18 anos.

O desempenho do alunos da Escola Nilton Balieiro quando analisado o lapso temporal de 2013-2019 se observa que em nenhuma das avaliações do Inep, a escola alcançou a meta estabelecida, sendo observável que houve uma pequena melhora em 2019 em relação à avaliação anterior, porém é necessário registrar que o Ideb da escola, em anos anteriores já foi superior ao Ideb alcançado em 2019, o que requer uma busca para solucionar os problemas que mais contribuem para a aprendizagem dos alunos, na percepção dos professores e da equipe gestora o que requer uma intervenção do poder público com implementação de políticas públicas que enfrentem as dificuldades apontadas pelos entrevistados.

Outra abordagem feita pelos participantes do grupo focal deve-se ao fato de que a avaliação do Inep se refere aos anos anteriores, devendo a preparação não ser especificamente para o 9º ano, devendo rever os conhecimentos, preparando os alunos mesmo para os anos em que os alunos não são avaliados.

O sentimento dos professores participantes da pesquisa revela que não há preocupação do Estado com a qualidade do trabalho na escola, porque quando a escola ofertava ensino do 1º ao 9º ano o resultado era positivo e hoje percebe-se que as outras escolas não estão trabalhando para chegar a esse resultado positivo, porque a Escola Santina Rioli demonstrou que tinha uma formação em seu quadro e o Estado precisar investir nessa formação e ainda há outro problema que é o fato da escola estar recebendo alunos oriundos da rede municipal, sendo necessário uma política que envolva as duas redes.

Foi possível constatar que a melhoria do Índice de Desenvolvimento Educação Básica das escolas, e por conseguinte do Estado do Amapá, depende de uma série de fatores, tanto internos quanto externos a cada escola, em especial das escolas pesquisadas.

Entre os fatores externos, a pesquisa aponta para a necessidade de cumprimento das metas e diretrizes estabelecidas no Plano Estadual de Educação, de duração decenal, que contempla desde a construção de novas salas de aula, garantia de formação continuada valorização do

profissional da educação, entre outros, o que vem ao encontro das demandas apontadas pelos participantes desta pesquisa, sendo a garantia dos profissionais dos componentes curriculares do Ensino Fundamental nas escolas, como condição *sine qua non* para que se possa de fato almejar a melhoria do Ideb das escolas estaduais, devendo-se dar a devida atenção para a contratação imediata de profissionais, cujas carências precisam ser solucionadas, com especial atenção para Língua Portuguesa e Matemática, que são os componentes nos quais os alunos são avaliados, nas avaliações em larga escala promovidas pelo Inep.

Apesar das dificuldades enfrentadas no dia à dia, percebe-se um esforço dos professores em desenvolver projetos nas escolas, ainda que não tenham vinculação com políticas públicas implementadas pela Secretaria de Estado da Educação, no sentido de alfabetizar alunos que chegam às escolas, oriundos de outras escolas, tanto da rede estadual quanto municipal, constituindo-se em óbice, a falta de estrutura adequada das escolas para o desenvolvimento das ações, embora se reconheça o esforço da gestão da SEED, em estabelecer parcerias com os municípios, pelo regime de colaboração, para que os alunos sejam alfabetizados na idade certa, o que contribuirá para que em novas avaliações externas, o desempenho dos alunos sejam satisfatórios, com reflexo na melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Estado, o que refletirá positivamente na eficiência e eficácia das políticas públicas educacionais implementadas pelo Estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória das políticas públicas é tratada no terceiro capítulo, no qual contextualiza a criação do Ideb pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), durante o governo Lula em 2007 sendo o Ideb um índice educacional obtido a partir da taxa de aprovação dos alunos dos estabelecimentos de ensino, somado ao desempenho destes nas provas de Língua Portuguesa e Matemática, numa escala que vai de zero a dez.

A discussão acerca das políticas de valorização tem um ponto de destaque nesta pesquisa, visto que é indiscutível a necessidade de valorização do trabalho docente, pois o seu labor assume papel de destaque para a melhoria da qualidade da educação, o que requer plano de carreira que estimule a busca pelo conhecimento e a devida recompensa remuneratória para aqueles que concluem curso de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

A pesquisa mostrou que há um compromisso de professores e gestores das escolas no sentido de buscar um ensino que se traduza em aprendizagem para os alunos com o desenvolvimento de atividades que contribuam para a superação das dificuldades o que, no entanto, encontra óbice nas salas superlotadas, tornando pedagogicamente inviáveis tais ações,

sendo imperativo que o Estado implemente políticas públicas voltadas para a criação de mais salas de aula, especialmente na zona oeste da cidade de Macapá.

A despeito da dedicação dos atores escolares, gestão e professores, ressalta-se a necessidade de maior valorização dos indicadores educacionais como parâmetro de balizamento das políticas educacionais. Resta evidente que a educação nas escolas avaliadas precisa ser ressignificada, seja com a valorização do corpo técnico pedagógico, seja com a estruturação de práticas pedagógicas includentes, estimulantes e inovadoras.

É notório que as políticas públicas educacionais implementadas no Estado do Amapá, não tem se revelado satisfatórias, no sentido de melhorar o desempenho dos alunos nas avaliações em larga escala, sendo necessária uma discussão mais ampla com todos os atores envolvidos na implementação, com a devida avaliação antes, durante e após a implementação, o que dará suporte para as devidas adequações e envolvimento de todos os atores, para a garantia de um ensino de qualidade, que garanta uma aprendizagem efetiva dos alunos, nos componentes exigidos nas avaliações em larga escala.

A formação continuada é outra exigência que se faz necessária de ser efetivada, de forma a garantir a participação dos professores que sentem a necessidade de uso das novas metodologias em sala de aula, diante do interesse dos seus alunos na realização de atividades, sendo necessária uma formação especialmente voltada para instrumentalizar para o desenvolvimento de competência de leitura.

O regime de colaboração entre Estado e Municípios precisa ser fortalecido, para que os municípios possam ter o ensino que garanta a alfabetização dos seus alunos, haja vista que um contingente considerável de alunos que chegam ao 6º ano do Ensino Fundamental não demonstra domínio na leitura, e em muitos casos sem a devida alfabetização, o que se transforma em um fator crítico para a aprendizagem do aluno e como consequência isso tem reflexo nas avaliações em larga escala e por conseguinte com impacto negativo no Ideb.

Ainda que existam diretrizes a serem cumpridas pelo Estado, com destaque para o Plano Estadual de Educação, que prevê a adoção de uma série de políticas públicas e no entanto, percebe-se que as políticas públicas implementadas pelo Estado estão muito aquém do desejado, para que de fato sejam eficazes para a melhoria do ensino e por conseguinte da aprendizagem, o que tem comprometido o trabalho de professores e gestores que sentem-se frustrados em seu trabalho, diante da triste constatação de alunos que não sabem ler, sendo esta ausência de políticas públicas, um dos fatores os que mais contribuem para o baixo rendimento dos alunos nas avaliações em larga escala.

REFERÊNCIAS

- ANADON, S. B; GARCIA, M. M. “Educar para crescer” ou auditar para crescer? Governando para o desenvolvimento. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 87, p. 341-365, abr.-jun. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/bF4vBGfd58hHcp8z3RKTgxB/?lang=pt.>> Acesso em: 15 nov. 2021.
- BAUER, A. Avaliação de redes de ensino e gestão educacional: aportes teóricos. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p.1-28, fev. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edreal/a/jNxnX9SqBpxJZjRBVjrPwfx/?lang=pt.>> Acesso em: 02 jan. 2022.
- BORGES, L.; TAQUETTE S.R. **Pesquisa qualitativa para todos**. Petrópolis: Vozes, 2020.
- BRANDÃO, C. da F.; CHIRINÉA, A. M. O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 87, p. 461-484, abr.-jun. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/L3FwTBZ79fLPRRwHFfVgmkP/?format=pdf&lang=pt.>> Acesso em: 16 nov. 2022.
- BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso: Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programa e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília, DF, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil Poder Executivo**, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Seção 1, p. 2951425.
- GERRING, J. **Pesquisa de estudo de caso: princípios e práticas**. Tradução de Caesar Souza. Petrópolis: Vozes, 2019.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- OLIVEIRA, M.; VILLANI, D. A. Avaliação Nacional e Internacional no Brasil: os vínculos entre o PISA e o IDEB. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1343-1362, out.-dez. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edreal/a/a/7BLgKmGCDYcQtqQsgJwMnHD/?lang=pt.>> Acesso em: 24 set. 2021.
- PAZ, F. M. Contribuições para o debate sobre a escola pública: o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB). In: OLIVEIRA, M. E. N. **Gestão Escolar e Políticas Públicas Educacionais**. Curitiba: Appris, 2013. p. 123-144.
- TRAVITZKI, R. Qual é o grau de incerteza do Ideb e por que isso importa? **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 28, n.107, p. 500-520, abr.-jun. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/pQL73NQVkgPcWSxDtzFb5Tj/?format=pdf&lang=pt.>> Acesso em: 7 fev. 2022.